

Projeto de Lei nº 4524, de 2020

Iniciativa: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Ementa:

Altera a Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para dispor sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer mecanismos para ampliar o acesso à internet e promover a inclusão digital.

Explicação da Ementa:

Autoriza a aplicação de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação (FUST) para financiar investimentos em infraestrutura (ou cobrir os custos daquelas desinteressantes à exploração comercial), de modo a massificar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo, prestados em regime público ou privado. Ademais, autoriza a aquisição de bens e serviços de telecomunicações vinculados a programas, projetos e atividades governamentais destinados a promover a inclusão digital e reduzir as desigualdades regionais e sociais.

Assunto: Infraestrutura - Comunicações

Data de Leitura: 10/09/2020

Tramitação encerrada

Decisão: Prejudicada

Último local: 17/10/2025 - Coordenação de Arquivo

Destino: Ao arquivo

Último estado: 17/10/2025 - PREJUDICADA

Despacho:

18/05/2023

Decisão da Presidência

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(SF-CI) Comissão de Serviços de Infraestrutura

(SF-CCT) Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Relatoria:

CCT - (Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática)

Relator(es):

Senador Astronauta Marcos Pontes (encerrado em 15/10/2025
- Deliberação da matéria)

CI - (Comissão de Serviços de Infraestrutura)

Relator(es):

Senador Izalci Lucas (encerrado em 22/05/2024 - Alteração na
composição da comissão)Senadora Soraya Thronicke (encerrado em 26/02/2025 -
Alteração na composição da comissão)Senador Astronauta Marcos Pontes (encerrado em 10/06/2025
- Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

17/10/2025 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Ação: Processo transferido para arquivamento intermediário na COARQ.

Recebido em: 2025-10-17 às 12:57 por SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

TRAMITAÇÃO

17/10/2025 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: PREJUDICADA

Ação: A Presidência declara a prejudicialidade do Projeto, nos termos no art. 334, I, do Regimento Interno, conforme a conclusão dos Pareceres nºs 12, de 2025, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e 12, de 2025, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática.
A matéria vai ao Arquivo.

Publicado no DSF Páginas 47 - DSF nº 176

15/10/2025 CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES

Ação: Encerrada a relatoria do Senador Astronauta Marcos Pontes por deliberação da matéria.

15/10/2025 CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 26ª Reunião (Extraordinária), realizada nesta data, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir Parecer da CCT, pela prejudicialidade do PL 4524/2020.
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Publicado no DSF Páginas 243-250 - DSF nº 174

27/08/2025 CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido, do senador Astronauta Marcos Pontes, relatório que conclui pela prejudicialidade do projeto.

13/08/2025 CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Astronauta Marcos Pontes, para emitir relatório.

25/06/2025 CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando designação de relator.

10/06/2025 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Ação: Reunida a Comissão nessa data, é lido e aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CI pela declaração de prejudicialidade do projeto.
Juntado o parecer da Comissão.
À CCT.

Publicado no DSF Páginas 269-278 - DSF nº 100

10/06/2025 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

TRAMITAÇÃO

Ação: Encerrada a relatoria do Senador Astronauta Marcos Pontes por deliberação da matéria.

27/05/2025 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Ação: Matéria não apreciada, em razão do adiamento da 13ª reunião da Comissão.

20/05/2025 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Matéria não apreciada, em razão do adiamento da 11ª reunião da Comissão.

16/05/2025 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 11ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, agendada para o dia 20/05/2025.

13/05/2025 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: O relator submete à Comissão relatório pela declaração de prejudicialidade da matéria.

03/04/2025 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Redistribuído ao Senador Astronauta Marcos Pontes, para emitir relatório.

26/02/2025 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pela relatora, Senadora Soraya Thronicke, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.

08/08/2024 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Redistribuído à Senadora Soraya Thronicke, para emitir relatório.

22/05/2024 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo relator, Senador Izalci Lucas, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão. A matéria será redistribuída.

01/06/2023 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

TRAMITAÇÃO

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Izalci Lucas, para emitir relatório.

29/05/2023 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

18/05/2023 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Ação: Recebido na Comissão nessa data.

Prazo para recebimento de emendas a projeto terminativo em comissão (artigo 122, II, "c", do RISF): primeiro dia - 22/05/2023; último dia - 26/05/2023.

18/05/2023 CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto terminativo em Comissão (Art. 122, II, "c", do RISF). De 22/05/2023 a 26/05/2023. Perante a CI.

18/05/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: A matéria, nos termos do art. 91, inciso I, do Regimento Interno, vai à CI, seguindo posteriormente à CCT, em decisão terminativa, podendo receber emendas perante a primeira comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno.

Publicado no DSF Páginas 8-15 - DSF nº 77

21/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

10/09/2020 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação, em 10/09/2020.

Publicado no DSF Páginas 101-109 - DSF nº 123

DOCUMENTOS

PL 4524/2020

Data: 10/09/2020

Autor: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para dispor sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer mecanismos para ampliar o acesso à internet e promover a inclusão digital.

DOCUMENTOS

Avulso inicial da matéria

Data: 10/09/2020**Autor:** Senado Federal**Local:** Plenário do Senado Federal**Ação Legislativa:** Encaminhado à publicação, em 10/09/2020.**Descrição/Ementa:** -

Relatório Legislativo

Data: 13/05/2025**Autor:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)**Local:** Comissão de Serviços de Infraestrutura**Ação Legislativa:** O relator submete à Comissão relatório pela declaração de prejudicialidade da matéria.**Descrição/Ementa:** Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei nº 4524, de 2020, do Senador Confúcio Moura, que Altera a Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para dispor sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer mecanismos para ampliar o acesso à internet e promover a inclusão digital.

Listagem ou relatório

Data: 10/06/2025**Autor:** Comissão de Serviços de Infraestrutura**Local:** Comissão de Serviços de Infraestrutura**Descrição/Ementa:** Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 14ª Reunião CI

P.S 12/2025 - CI

Data: 10/06/2025**Autor:** Comissão de Serviços de Infraestrutura**Local:** Comissão de Serviços de Infraestrutura**Ação Legislativa:** Reunida a Comissão nessa data, é lido e aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CI pela declaração de prejudicialidade do projeto.
Juntado o parecer da Comissão.
À CCT.**Descrição/Ementa:** Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei nº 4524, de 2020, do Senador Confúcio Moura, que Altera a Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para dispor sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer mecanismos para ampliar o acesso à internet e promover a inclusão digital.

Relatório Legislativo

Data: 27/08/2025**Autor:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)**Local:** Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática**Ação Legislativa:** Recebido, do senador Astronauta Marcos Pontes, relatório que conclui pela prejudicialidade do projeto.**Descrição/Ementa:** Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Lei nº 4524, de 2020, do Senador Confúcio Moura, que Altera a Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para dispor sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer mecanismos para ampliar o acesso à internet e promover a inclusão digital.

DOCUMENTOS

Listagem ou relatório

Data: 15/10/2025**Autor:** Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática**Local:** Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática**Descrição/Ementa:** Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 26ª Reunião CCT

P.S 12/2025 - CCT

Data: 15/10/2025**Autor:** Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática**Local:** Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática**Ação Legislativa:** Na 26ª Reunião (Extraordinária), realizada nesta data, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir Parecer da CCT, pela prejudicialidade do PL 4524/2020.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Lei nº 4524, de 2020, do Senador Confúcio Moura, que Altera a Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para dispor sobre o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer mecanismos para ampliar o acesso à internet e promover a inclusão digital.